

Análise de Conjuntura

12 de março de 2020

O Sistema Capitalista mundial vive uma crise sem precedente em sua história. A taxa de variação dos lucros das grandes empresas multinacionais em queda e sem perspectiva de retomada do crescimento é a base estruturante dessa crise. Para enfrentar essa situação, o Capital tem imposto uma verdadeira guerra social contra a classe trabalhadora no mundo todo, com retirada de direitos, arrocho salarial, desemprego, cortes nas aposentadorias, nos investimentos à Saúde e à Educação, usando os estados nacionais como instrumento para impor essa política.

Contra a miséria, a opressão e a exploração decorrentes dessa política, rebeliões sociais multitudinárias e revoluções vêm convulsionando diversos países do planeta na última década e, com mais intensidade, a partir de 2019. Com isso, a polarização da luta de classes, em escala mundial, é cada vez maior. A classe trabalhadora, a juventude e a população pobre e marginalizada só encontram nas greves e nas mobilizações de rua o caminho para a luta contra os males causados pelo capitalismo. Se não, vejamos.

Em janeiro de 2019, a greve dos professores de escolas públicas de Los Angeles, nos Estados Unidos da América do Norte – depois de 30 anos sem a ocorrência dessa forma de luta nesse segundo maior distrito escolar do país – reivindicando, entre outras coisas, aumento salarial e redução do número de alunos por sala de aulas, foi parte de um processo de mobilização que vinha se alastrando pelo país desde 2018, com o nome de #RedforEd. Nesse processo, ocorreram outras paralizações em diversos Estados Norte-americanos como Virgínia Ocidental, Carolina do Norte, Colorado, Oklahoma, Arizona e Kentucky. Ainda em fevereiro de 2019, a greve dos docentes de escolas públicas em Chicago promoveu grandes mobilizações de ruas nessa cidade que se estenderam, depois, a Denver. Em setembro de 2019, a greve da General Motors, também nos USA, paralisou 48 mil metalúrgicos daquela empresa. O movimento mundial contra as mudanças climáticas, que está se expandindo em todo o planeta; as ondas migratórias por toda a Europa; a recente greve geral na França contra a Reforma da Previdência, contra o

aumento dos impostos, contra as reformas fiscais e por melhores condições de vida e de trabalho naquele país; a greve dos caminhoneiros de cargas perigosas em Portugal; a luta pela autodeterminação da Catalunha; a resistência heroica do povo palestino contra a ocupação imperialista que quer sepultar a causa palestina em benefício somente dos interesses do Estado de Israel e dos Estados Unidos da América do Norte; as grandes mobilizações em Hong Kong, no Líbano e no Iraque são somente alguns exemplos recentes desses grandes enfrentamentos na América do Norte e do lado de lá do Atlântico.

Fortes mobilizações também sacudiram a América Latina. No Haiti, onde mais da metade da população sobrevive com menos de dois dólares por dia, eclodem mobilizações e protestos itinerantes desde 2019, que levam milhares de pessoas às ruas, contra o aumento dos combustíveis, dos alimentos e dos medicamentos. No mesmo ano, o Equador foi chacoalhado por uma grande greve nacional dos transportes e com a entrada em cena de comunidades indígenas e organizações sociais que promoveram grandes mobilizações contra o aumento dos combustíveis. Também em 2019, comunidades indígenas e milhares de camponeses de várias províncias marcharam em direção à cidade de La Paz contra o governo interino da senadora Jeanine Áñez, carregando a bandeira whiphala, símbolo dos povos originários da Bolívia. A expressão mais radical dessas rebeliões que fazem tremer governos de diversos países latino-americanos acontece com a revolução em curso no Chile. Desde outubro de 2019, o povo chileno, que iniciou um grande protesto contra o aumento da tarifa do metrô, permanece nas ruas, em luta, num autêntico processo revolucionário – que parece longe de ter um fim – contra 30 anos de políticas neoliberais naquele país, política essa – diga-se de passagem – implantadas no governo Pinochet tendo à frente Paulo Guedes, atual ministro da Economia do Brasil. Dentre as exigências do povo chileno está a renúncia do presidente Sebastian Piñera, o fim da violência policial e das graves violações dos direitos humanos contra a população que se manifesta nas ruas. Nessas manifestações, dezenas de pessoas foram mortas e centenas delas foram feridas pela ação repressora do Estado. Para se ter a ideia da força desse processo revolucionário, seis meses depois da eclosão dos primeiros

protestos, nesse último Dia Internacional da Mulher centenas de milhares de pessoas ocuparam as ruas de Santiago e das maiores cidades do Chile numa clara evidência de que esse processo ainda está em curso e muito longe de ser estancado.

Dois elementos importantes chamam a atenção nessa polarização da luta de classes em todo o planeta: o primeiro é o protagonismo cada vez mais massivo das mulheres na radicalidade e no enfrentamento da classe trabalhadora e da juventude contra os governos e os patrões; o segundo são as mobilizações da classe trabalhadora e dos setores oprimidos, que não renunciam a seus direitos sociais e democráticos, mobilizações essas que têm sido cada vez mais intensas e têm força de longa duração.

No Brasil, para ficarmos somente numa análise de conjuntura a partir de 2019, o que se constata é que a imensa crise política, econômica e social permanece no seu curso com sinais de profundo agravamento. Diferentemente do que querem fazer crer o governo Bolsonaro, a grande mídia e a burguesia brasileira, a nossa economia não consegue navegar em mares tranquilos. Na realidade o que tentam fazer é surfar num suposto e pífio crescimento da economia obtido como resultado do arrocho salarial sobre a classe trabalhadora; da retirada de direitos trabalhistas e sociais tanto de servidores públicos quanto de trabalhadores da iniciativa privada; com a desobrigação do Estado para com a Educação e a Saúde e com a destruição dos serviços públicos. Esse pífio e volátil crescimento da economia também se explica pelas privatizações realizadas pelo governo, pela entrega de nossas riquezas e de nosso patrimônio nacional como, por exemplo, a Petrobrás, a Embratel, a Eletrobrás, os bancos públicos, etc, o que, em si, representam fortes ataques à nossa soberania. Não bastasse isso, desde os últimos governos na esfera federal – e isso se aprofunda no governo Bolsonaro – nossa economia vem se debilitando cada vez mais com o processo de desindustrialização em curso no país. Para que se tenha uma ideia do que representa essa desindustrialização, seguem dois dados: no último trimestre de 2019 a produção industrial brasileira caiu mais de 1%; outro dado: o montante do PIB advindo do nosso parque industrial que na virada do século era cerca de 27% hoje está na casa dos 9%,

o que representa uma redução de dois terços do montante do PIB advindo do processo de produção industrial brasileiro. Essa política econômica de lesa futuro do Brasil, que, na realidade, é de lesa futuro da classe trabalhadora e da população pobre e marginalizada de nossas cidades e do campo, tem um macro objetivo muito claro: implementar de maneira profunda o saque das riquezas nacionais em favorecimento dos grandes bancos, das empresas multinacionais e dos países sede dessas empresas com o intuito de manter o Brasil mais submisso ao imperialismo norte-americano.

Um elemento consequente de todo esse processo é o altíssimo índice de desemprego estrutural no país que atinge, hoje, a casa dos 13 milhões de pessoas. A alardeada criação de 700 mil novos postos de trabalho – extremamente precários pelo advento da Carteira Amarela – não responde minimamente à demanda social nesse quesito. Contrariando o discurso oficial e amplamente divulgado na grande mídia de que a Lei da Terceirização e as reformas Trabalhista e da Previdência iriam aquecer a economia e gerar novos empregos, a realidade deu conta de desmascarar a falácia desse discurso: ao mesmo tempo em que o índice de desemprego estrutural não caiu, a informalidade bateu recorde no Brasil. Se somarmos o número de trabalhadores e trabalhadoras desempregados(as) com o número de pessoas em atividade informal ou em trabalho temporário, chegaremos a um exército de reserva de mais de 50 milhões de pessoas.

Diante desse quadro, mal começou o ano de 2020, os governos de plantão – o da esfera federal e os da esfera estadual – e a burguesia a quem eles servem foram obrigados a falar da manutenção da crise econômica mundial e de seus reflexos no Brasil. No entanto, ao mesmo tempo em que foram alçados a reconhecerem esses reflexos na economia política, esses governos e a burguesia que eles representam se mantêm alinhados, coesos e cúmplices nos ataques generalizados aos direitos sociais, trabalhistas e políticos cujas maiores vítimas são os trabalhadores mais pobres e, em particular, as mulheres, a juventude, os negros, as negras e a população marginalizada das periferias. A materialidade desse alinhamento na política de ataques aos direitos da classe trabalhadora pode ser observada quando, agora em março

de 2020, na volta dos trabalhos nas câmaras legislativas, os governos estaduais – sejam eles de partidos políticos de direita, sejam eles do PT, como é o caso do governador Rui Costa, da Bahia – promoveram a Reforma da Previdência de Bolsonaro em seus estados com a torpe justificativa de adequar essa Previdência àquela aprovada pelo Congresso Nacional para os servidores públicos federais. E essa reforma está sendo implementada não sem resistência dos servidores estaduais que seguem mobilizados em seus estados exigindo a revogação dessa reforma.

Sob Bolsonaro, os ataques e o desmonte da Educação, da Saúde e dos Serviços Públicos, em geral, seguem a passos largos, com cortes dos gastos e a terceirização de serviços.

No caso da Educação ou, mais particularmente, no caso das Instituições Federais de Educação uma das vertentes por onde virão ataques tem nome: é o projeto FUTURE-SE que, se aprovado, qualquer que seja sua versão/adequação, representa o maior e mais avassalador ataque à educação superior pública no Brasil.

Tanto a primeira minuta do FUTURE-SE como as versões que a sucederam têm que ser analisadas na sua totalidade e, ao fazê-lo, é possível fazer aparecer a essência de cada uma delas: a privatização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e dos Institutos Federais (IF) no Brasil. Uma clara evidência disso é o fato de que essa última minuta – tanto quanto as anteriores – desobriga o Estado Brasileiro de seu dever constitucional de investir na manutenção e no desenvolvimento de suas instituições de ensino superior; decreta o fim da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das IFES e dos IF e estabelece a autonomia financeira dessas instituições, que ficará a cargo de Organizações Sociais (OS) e – no que diz respeito às duas últimas versões desse projeto – de Fundações de Apoio já estabelecidas nessas instituições.

A adesão ao FUTURE-SE, em qualquer de suas versões, está inserida na lógica das outras reformas já implantadas ou a serem implementadas por

ordem do Capital: além de decretar o fim da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Laica e Socialmente Referenciada e de inserir a lógica do Mercado à Educação Superior, retira verbas que deveriam ser destinadas à Educação e à pesquisa para, por meio do Sistema da Dívida Pública, garantir lucros aos banqueiros e aos grandes empresários.

Paralelamente, a adesão a esse projeto – ou a qualquer outro elaborado a partir dessas minutas – vai promover, na realidade, a exclusão da classe trabalhadora e da população pobre do campo e da cidade ao acesso à educação superior em nosso país que, hoje, representam dois terços dos alunos e alunas dessas instituições de ensino.

Outra medida que atinge frontalmente os servidores públicos das três esferas – federal, estadual e municipal – e, em geral, os Serviços Públicos é a PEC 186/16 (PEC Emergencial). Essa PEC, se aprovada, possibilita, entre outras coisas:

1. o fim do Regime Jurídico Único;
2. o fim da estabilidade do servidor público;
3. a extinção da garantia de irredutibilidade salarial;
4. a redução de jornada de trabalho com proporcional redução de salário;
5. a ampliação do estágio probatório;
6. a redução do salário de ingresso no serviço público;
7. a suspensão das progressões e das promoções automáticas;
8. a ampliação do tempo de permanência na carreira;
9. a redução das férias para 30 dias.

Não bastassem todos esses ataques, Bolsonaro ameaça com o fechamento do Congresso Nacional e com a extinção do Supremo Tribunal Federal, conclamando, para esse fim, seus eleitores e seguidores a saírem às ruas no dia 15 de março próximo, numa desvelada afronta à Constituição Federal. Bolsonaro, desde o período da campanha eleitoral à presidência da república – e mesmo como deputado federal, quando homenageou torturadores e chefes de milícias do Rio de Janeiro –, sempre fez uma apologia ao período da Ditadura Militar. O viés ditatorial que se vislumbra em todo o primeiro escalão

do governo Bolsonaro, e que se fortalece com a indicação do General Braga Neto para a Casa Civil, é uma evidência clara de que as liberdades democráticas no Brasil estão fortemente ameaçadas e que esse governo protofascista de ultradireita não descarta a possibilidade de alterar o regime político em nosso país. Um elemento a mais nesta caracterização pode ser visto na repugnante tentativa do ex-Secretário Nacional de Cultura do governo Bolsonaro, através de pronunciamento nas redes sociais quando defendeu um enquadramento da Cultura em nosso país a uma concepção nazista.

Um outro lado da conjuntura nacional que parte de um complexo de ações políticas dessa guerra social a que nos referimos aqui é a violência e o genocídio do povo negro e pobre das periferias de nossas cidades – e, em particular, da sua juventude – e dos povos originários e quilombolas no campo, esses últimos com seus territórios ameaçados e suas lideranças assassinadas sem que o Estado esboce qualquer ação na proteção desses povos. Outro elemento da conjuntura, e que está ligado à questão do campo, é o ataque cada vez mais criminoso, com a conivência do governo federal, ao meio ambiente, ao desmatamento de nossas florestas, à dilapidação de nosso solo para possibilitar o acesso à indústria do garimpo, como mostra o recente caso envolvendo as queimadas na Amazônia brasileira.

Um dos eixos da campanha de Bolsonaro à Presidência da República estava relacionado à corrupção do regime. No entanto, a realidade dos acontecimentos mostra que sobre isso nada mudou. A conduta de Bolsonaro é corrupta e miliciana. Passados dois anos da morte da vereadora Marielle Franco, do Estado do Rio de Janeiro, e de seu motorista Anderson Gomes, com fortes indícios de que a “milícia amiga” teria sido a responsável por esse crime hediondo, esse caso ainda não foi elucidado. Na mesma esteira, ainda se mantém sem esclarecimento algum o caso Queiróz, a questão das Raspadinhas, o assassinato de Adriano da Nóbrega, etc.

Essa guerra social e toda situação que dela advêm tem levado a um descontentamento cada vez maior tanto dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora como de setores médios e de movimentos sociais

organizados da nossa classe. Só para ficarmos em 2020, as recentes greves do CPERS, da Casa da Moeda, da Dataprev e a heroica Greve dos Petroleiros são expressões recentes de que a classe trabalhadora brasileira está disposta a resistir a esses ataques.

Nesta mesma direção e sentido, o 39º Congresso Nacional do ANDES-SN – o maior de sua história – aprovou por unanimidade um plano de lutas para resistir aos ataques do governo Bolsonaro contra os servidores públicos, em defesa da Educação Pública e em defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, laica e socialmente referenciada. Esse plano de lutas contém o 8 de Março (Dia Internacional da Mulher); contém o dia 14 de março em repúdio à morte da Marielle Franco e de seu motorista sem esclarecimento algum sobre quem são os assassinos e os mandantes desse crime, e o dia 18 de Março: dia nacional de paralisações e de lutas em defesa da Educação Pública, dos Serviços Públicos, Contra o Desemprego e em defesa das Liberdades Democráticas. Para além disso, o congresso aprovou, também, a deflagração de uma greve dos três segmentos da Educação (Federal, Estadual e Municipal), por tempo indeterminado com data a ser definida em assembleias gerais nas seções sindicais do ANDES-SN, a serem realizadas até o dia 13 de março de 2020.

Diretoria da SEDUFMS